

3

Ação afirmativa e ensino superior: a experiência da PUC-Rio

O tema do acesso de pessoas afrodescendentes e oriundas de camadas populares às instituições de ensino superior brasileiras divide opiniões, cria polêmicas e, ainda inspira muitos debates e reflexões por parte dos órgãos governamentais, universidades e da sociedade em geral.

Como já dissemos anteriormente, a discussão sobre as políticas de ação afirmativa ficou reduzida às cotas numéricas e isto invisibilizou outras experiências que já vêm sendo realizadas, entre as quais a desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), instituição criada em 1941 e administrada desde então pela Companhia de Jesus.

A PUC-Rio privilegia os seguintes aspectos: *‘educação englobante, interação de saberes, comunidade de mestres e estudantes, não simples justaposição ou soma de conhecimentos. É tentativa de síntese, de unidade, de reflexão em comum. A PUC-Rio é, em primeiro lugar, comunidade de pessoas, de professores, alunos e funcionários à procura da verdade; comunidade inserida, a serviço da comunidade mais ampla, a sociedade global, no meio da qual vive e se desenvolve’*. (Cf. *Catálogo dos cursos de graduação*, p.3). A universidade associa o ensino como socialização e construção de conhecimentos, a pesquisa como produção científica e a extensão como interação com a sociedade.

A PUC-Rio é *“uma instituição de ensino superior comunitária, sem fins lucrativos, reconhecida pelo governo como de utilidade pública e de natureza filantrópica”*(Paura, 2001:2), além de ser nacionalmente reconhecida pela sua qualidade acadêmica e científica.

3.1

A gênese da experiência de ação afirmativa da PUC-Rio

Desde 1994 a universidade vem desenvolvendo um programa com o objetivo de favorecer o acesso de estudantes de camadas populares e afrodescendentes aos

seus cursos de graduação. Após a aprovação nos exames vestibulares, estes estudantes candidatam-se a uma bolsa de ação social – integral e não-reembolsável – que garante a gratuidade na universidade. Para mantê-las até o fim do curso não podem ter média abaixo de sete.

De acordo com o professor Augusto Sampaio¹, Vice-Reitor Comunitário² da instituição, esta política foi iniciada após uma crise vivenciada pela universidade no início dos anos 90:

Há dez anos atrás houve uma redução substancial de recursos. O Ministério de Ciência e Tecnologia que mantinha toda a área tecnológica, retirou todos os recursos da universidade. Nessa época chegou a haver um grande debate sobre quais seriam as alternativas da PUC. Houve até uma forte pressão se deveríamos terminar com a pesquisa e a pós-graduação, pois é o que torna o orçamento da universidade mais oneroso, mas graças a Deus essa opção foi descartada, por unanimidade, pelo corpo docente e pela própria direção. A universidade teve que iniciar uma série de programas, projetos, enfim, aumentar o número de alunos de graduação para poder sobreviver e manter o modelo de pós-graduação e pesquisa.

Nesta mesma época, Frei David Raimundo dos Santos enviou uma carta à universidade solicitando que a PUC e o PVNC estabelecessem um acordo. Ainda segundo o professor Augusto Sampaio, após uma conversa entre ele e o reitor da universidade, foi criado um programa que atendesse os alunos que pleiteavam matrícula. Desse modo, iniciou-se a “parceria” entre a universidade e o PVNC:

Começa com o PVNC que foi criado pelo Frei David. A experiência começou com quatro alunos, no outro ano foram 30, hoje temos 498 alunos, praticamente na sua totalidade negros, cursando os mais diversos departamentos da universidade. O que significa isso para a PUC? Hoje esse número significa 5% dos alunos de graduação da universidade. A nossa meta é chegarmos, pelo menos, a 10%.

¹ Palestra proferida no seminário nacional “Ensino Superior, Políticas de Cotas e Classificação de Cor”, realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Laboratório de Políticas Públicas, Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, em 29 de novembro de 2002, na mesa redonda “Cotas nas Universidades: percepções e iniciativas”.

² Em sua estrutura a PUC-Rio tem uma reitoria, além de quatro vice-reitorias setoriais: Acadêmica, Administrativa, Desenvolvimento e Comunitária. Uma das principais funções da Vice-Reitoria Comunitária é a referente à Coordenação de Bolsas e Auxílios, vinculada diretamente ao vice-reitor comunitário, atuando por meio da concessão de bolsas de estudo. Esta coordenação realiza, inclusive, atividades de atendimento a questões consideradas emergenciais ao corpo docente, discente e técnico-administrativo da universidade. (Cf. Paura, 2001:3)

Esta política de inserção de estudantes de camadas populares e afrodescendentes em seus cursos de graduação, possibilitou uma mudança no perfil do alunado da PUC-Rio.

Segundo Candau (2001),

De uma universidade considerada para uma elite sócio-econômica, para alunos e alunas de classes média e alta, brancos, oriundos das melhores escolas da zona sul do Rio de Janeiro, moradores dos bairros de elevado nível sócio-econômico e que ingressaram diretamente na universidade sem passar por cursos pré-vestibulares, passou a ter um corpo discente bastante diversificado do ponto de vista sócio-econômico e étnico. Hoje possui um número significativo de alunos e alunas moradores da Baixada Fluminense e de outros bairros da periferia do Rio de Janeiro, assim como de bairros populares da zona sul da cidade – Rocinha, Vidigal, etc. – que realizaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas e freqüentaram pré-vestibulares comunitários para se preparar para exames vestibulares. (p.7)

Esta nova configuração do perfil do corpo discente suscitou novos desafios para a universidade, pois a experiência ampliou-se e exigiu medidas que pudessem atender as necessidades desses alunos e alunas. Foi o que ocorreu com o programa de bolsas de estudo da universidade³ - reembolsáveis e não-reembolsáveis para alunos

³ O programa de bolsas da PUC-Rio é bastante diversificado. Existem diferentes modalidades de bolsas de estudo tais como: “Bolsa Funcionário, para os alunos funcionários; Bolsa Dependente, para os filhos de professores e funcionários desta universidade e filhos de professores de outras universidades privadas do município do Rio de Janeiro; Bolsa Convênio, destinada aos alunos estrangeiros; Bolsa Esporte, que se divide em percentuais de desconto para os alunos que se destacam na realização de práticas esportivas nas equipes da universidade; Bolsa Trabalho, destinada a alunos carentes, com bom rendimento acadêmico que, ao prestarem serviços na universidade com carga horária de 20 horas semanais, recebem, em troca, desconto integral em suas mensalidades; Bolsa Seminaristas e Religiosos, que concede desconto para os alunos do curso de teologia mediante pedidos de órgãos oficiais da Igreja ao Vice-Reitor Comunitário; Bolsa Institucional, é solicitada à reitoria, sendo esta de forma parcial ou total; Bolsa Coral, para alunos que cantam no coral da universidade; Bolsa Solar, para aqueles que participam das atividades ligadas à arte, realizadas no Solar Grandjean de Montigny, situado na própria universidade; Bolsa Doadora, para estudantes indicados pelos doadores, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, que arcam com as despesas das mensalidades dos alunos; Bolsa Rotativa ou Reembolsável concedida aos alunos regularmente matriculados em qualquer um dos cursos de graduação. Possibilita o financiamento parcial ou integral das mensalidades, os pagamentos são iniciados um ano após a conclusão do curso sem adição de juros ou multa. Existem também duas modalidades de bolsas acadêmicas que não levam em consideração o perfil sócio-econômico dos estudantes: Bolsa de Desempenho Acadêmico, voltada aos estudantes matriculados que tenham se classificado nos primeiros lugares do vestibular e Bolsa de Iniciação Científica, destinada aos alunos que, ao apresentarem bom desempenho acadêmico, têm a possibilidade de participar de programas de iniciação científica sob a direção de professores da universidade”. (Cf. Paura, 2001:5)

dos cursos de graduação – que apesar de ser bastante amplo e diversificado, criou uma nova modalidade de bolsa de estudos para atender este público.

Paura (2001), justifica a criação da bolsa ação social da seguinte maneira:

Até o ano de 1999, o aluno carente que participara do pré-vestibular alternativo e conseguira ingressar na PUC-Rio recebia a bolsa rotativa. No entanto, os profissionais da Vice-Reitoria Comunitária começaram a perceber que este poderia ter dificuldades em reembolsar a faculdade após o término do curso e, por isso, decidiram que, mediante a apresentação de um documento, mostrando que o aluno realiza algum tipo de trabalho voluntário na sua comunidade, assinado pelo coordenador do projeto, essa bolsa rotativa seria revertida em bolsa ação social. (p.48)

De acordo com esta autora, a transformação da bolsa rotativa em bolsa ação social vem acontecendo de maneira gradual, durante o processo de renovação das bolsas que acontece semestralmente. Os estudantes apresentam o documento exigido pela Vice-Reitoria Comunitária e, passam a ser bolsistas ação social.

Pensando na questão da permanência desses alunos e alunas na universidade, foi criado por determinação do reitor, através do ofício 06/97, o Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio (FESP).

Segundo Paura (2001), o FESP surgiu no âmbito da Pastoral Universitária que está diretamente ligada à reitoria e seu objetivo inicial era ajudar os membros da comunidade acadêmica em situações emergenciais. Contudo, com a entrada de alunos e alunas oriundos/as de pré-vestibulares comunitários, o FESP começou a atender principalmente estes/as estudantes de baixa renda que, apesar de receberem bolsa integral de estudos, apresentam dificuldades no que se refere a alimentação, transporte e aquisição de materiais (xerox e livros).

De acordo com a autora, seus recursos financeiros são oriundos de doações mensais ou anuais de professores, alunos, funcionários e empresas que atuam no campus da universidade e é gerido “*pelo conselho de Solidariedade da Pastoral (CONSOL), composto por docentes, funcionários, alunos, membros da Vice-Reitoria Comunitária, do Departamento de Serviço Social, e é coordenado pela Pastoral Universitária*”(p.63).

Para serem atendidos por este programa, os estudantes devem se inscrever no Centro de Pastoral Anchieta e aguardar numa lista de espera. O benefício é concedido após uma análise da situação sócio-econômica dos alunos e alunas e, quando estes conseguirem um estágio ou outra atividade remunerada, serão desligados do programa e darão lugar a outros que se encontram na lista de espera.

Aqueles/as estudantes contemplados/as pelo FESP comprometem-se a *“participar de reuniões mensais na Pastoral, onde recebem orientações pedagógicas para sua integração junto aos setores da universidade e têm incentivo à participação na vida estudantil, elevação da auto-estima e outros”*(Paura,2001:64).

As medidas citadas minimizam as dificuldades que estes alunos e alunas apresentam e garantem condições mínimas para que freqüentem a universidade. No entanto, além das questões sócio-econômicas, estes alunos e alunas enfrentam dificuldades de caráter acadêmico. Para Candau (2001),

os alunos e alunas de camadas populares têm de enfrentar uma série de obstáculos e exigências da vida acadêmica que passam pelo domínio de habilidades de leitura e escrita em língua portuguesa, noções fundamentais de línguas estrangeiras, elaboração de textos de caráter acadêmico, manejo de programas de computação, habilidades de discussão e argumentação crítica, trabalho em equipe com colegas oriundos de diferentes grupos sociais e étnicos, capacidade de transitar em diversos universos culturais, etc. (p.5)

De acordo com esta autora, a cultura universitária possui um caráter monocultural, não deixando-se, em geral, afetar pela diversidade cultural e social. Para ela, as medidas de caráter acadêmico devem ser implementadas com *“a finalidade de empoderar estes estudantes, tanto pessoal como coletivamente, na perspectiva de que se constituam em profissionais competentes, academicamente bem preparados, e sujeitos sociais implicados na transformação e democratização da sociedade e na busca de uma educação de qualidade para todos/as”*(p.6).

Faz-se necessário que as medidas sócio-econômicas desenvolvidas pela universidade sejam mantidas, mas que conjuntamente possam ser implementadas medidas pedagógicas que possibilitem uma revisão curricular dos cursos de graduação, bem como a criação de grupos de estudos, tutorias, seminários, oficinas temáticas que tratem de questões como identidade, raça, etnia, preconceito, etc. A

articulação entre estas medidas auxiliará significativamente no desempenho acadêmico desses/as alunos/as, garantindo uma formação profissional de qualidade.

3.2

O curso de Serviço Social da PUC-Rio: histórico e realidade atual

O curso de graduação em Serviço Social da PUC-Rio foi o segundo curso de graduação surgido no país⁴. O atual curso da PUC-Rio teve sua origem na Escola de Serviço Social do Instituto Social, que foi criada em 1937. Até 1946 a Escola de Serviço Social, a Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade Católica de Direito funcionavam isoladamente. Após a aprovação dos Estatutos da Sociedade Civil Faculdades Católicas, estes três cursos passaram a integrar a Universidade Católica do Rio de Janeiro, atual Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Reforma Universitária instituiu a departamentalização e, a PUC-Rio incorporou a Escola de Serviço Social do Instituto Social como um departamento do seu Centro de Ciências Sociais. Este processo de integração teve início em 1969 e foi consolidado em 1972. Desde então, “ *a antiga Escola, hoje Departamento de Serviço Social, se encontra inserido definitivamente no campus da Gávea e na vida universitária da PUC-Rio*”(p.2).

O Departamento de Serviço Social está sob a coordenação acadêmica e administrativa do Centro de Ciências Sociais (CCS) e vem se dedicando a formação profissional, tanto a nível de graduação como de pós-graduação. Iniciou no presente ano o programa de doutorado.

O curso de graduação tem duração média de quatro anos. A grade curricular é composta por um conjunto de disciplinas organizadas em três núcleos específicos: o de Formação Básica, o de Formação Geral e Cultural e o de Formação Profissional.

O curso tem como principal objetivo,

formar assistentes sociais qualificados, éticos, críticos, propositivos, agentes de mudança, que atuem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas

⁴ Dados extraídos do Projeto Político Pedagógico do Departamento de Serviço Social PUC-Rio, julho 2002.

sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do código de ética do Assistente Social. Neste sentido, o curso de Serviço Social da PUC-Rio está voltado para a formação de assistentes sociais com referencial humanista-cristão. (p.2)

Além da implementação do doutorado, o Departamento de Serviço Social “*se encontra novamente perante o desafio de analisar a grade curricular do curso de graduação e incorporar ao seu Projeto Político Pedagógico as orientações que não estejam contempladas no atual currículo*”(p.2), já que sua primeira revisão curricular data do início dos anos oitenta, a fim de atender as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e as Diretrizes Curriculares do Ministério de Educação e do Desporto, normatizadas pela lei 9394/96 (LDBN).

O Departamento de Serviço Social considera que prática/estágio supervisionado “*deve ser desenvolvido durante o processo de formação a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, concomitantes ao período letivo escolar*”(p.26). Desse modo, os alunos e alunas são inseridos/as no espaço sócio-institucional, com o objetivo de que sejam capacitados/as para o exercício profissional, a partir do 3º período de créditos.

Em consonância com as diretrizes da universidade de ensino, pesquisa e extensão, “*a graduação de Serviço Social vem realizando atividades de extensão, desenvolvendo projetos interdisciplinares e interdepartamentais*⁵ *através do Núcleo de Estudos de Exclusão Social*”(p.27), procurando atender as demandas da sociedade.

As atividades de interação ensino/pesquisa ocupam papel fundamental no processo de formação profissional do Assistente Social, “*tendo em vista a dimensão prática-interventiva do Serviço Social*”(p.29). Para o Departamento de Serviço Social, este profissional requer uma formação na perspectiva crítica-investigativa, ou seja, para atuar deve conhecer os objetos e processos sociais sobre os quais irá

⁵ Citaremos alguns projetos: “Desvendando o Trabalho à Domicílio”; “Implantação do acesso mecanizado ao monumento do Cristo Redentor no Parque Nacional da Tijuca-Rio de Janeiro”; “Cooperativa Popular de Produção e Bens e Serviços Quilombo Nagô”; “Quilombo Nagô Instrumentos Artesanais da Cultura Popular Brasileira II”, entre outros. (Cf. Projeto Político-Pedagógico do Departamento de Serviço Social, julho/2002)

intervir. Nesse sentido, *“a relação ensino/pesquisa vem sendo priorizada a partir da reflexão sobre as demandas apresentadas nos espaços institucionais – campos de estágio – ou seja, pesquisa concreta de situações concretas”* (p.29). Em outras palavras, as atividades de interação ensino/pesquisa desenvolvidas pelo Departamento procuram articular teoria e realidade.

Com a crise vivenciada pela universidade no início dos anos noventa, os cursos pequenos ameaçavam fechar. Dentre eles estava o curso de graduação em Serviço Social que, de acordo com Simões (2000), no final da década de oitenta e início da década de noventa, apresentava um número muito reduzido de alunos/as, chegando a ser desativado o exame vestibular para este curso:

mesmo numa universidade extremamente conceituada como esta, não havia interesse dos estudantes, principalmente os residentes nos bairros adjacentes à universidade, que formam seu público privilegiado, de ingressarem em um curso de baixo status social, sem poder trabalhar, já que o curso é diurno, e ainda tendo que pagar mensalidade. (Simões,2000:p.11)

A tentativa de superar esta conjuntura e a inquietude de um grupo de professoras de promover a formação de lideranças comunitárias levou a direção do Departamento, tendo o aval e o respaldo da reitoria, a entrar em contato com pré-vestibulares comunitários da periferia da cidade, com a finalidade de estimular os/as jovens a realizar o exame vestibular para ingressar na universidade.

De acordo com o Plano Diretor 2002/2004, o curso de Serviço Social da PUC-Rio,

saiu a frente de outros cursos ao abrir seu curso de graduação para alunos provenientes dos cursos pré-vestibulares comunitários, iniciativa que permitiu a reabertura do exame vestibular para o ingresso na graduação em Serviço Social que se encontrava fechado. Graças a esta iniciativa o programa de graduação tem mantido completo o seu número de vagas disponíveis, criou ainda novas oportunidades de participação de estudantes provenientes de segmentos sociais vulneráveis implicando na necessidade de mudanças de práticas pedagógicas e de intervenção do Departamento. (p.2)

O vestibular que marcou a entrada desses alunos e alunas foi o de 1995. O Departamento de Serviço Social recebeu uma turma de pessoas oriundas de diferentes núcleos do PVNC, de diversas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, mas principalmente da Baixada Fluminense.

Desse modo, houve uma significativa mudança no perfil do alunado do curso de graduação em Serviço Social que era, historicamente, formado pelas “*damas da sociedade, advindas das camadas e estratos mais altos da sociedade, sob o influxo de valores religiosos*”(Simões,2000;8). De acordo com este autor, não existe ainda nenhuma investigação que tenha explicado a passagem da ação assistencial realizada pelas “damas da sociedade”, pioneiras do Serviço Social, para as atuais assistentes sociais.

Podemos dizer que os valores que impulsionam estes alunos e alunas, na sua maioria, estão ligados às experiências de trabalho desenvolvidas nas suas comunidades de origem com as quais, em geral, mantêm fortes vínculos e compromisso social.

Em 2002, o corpo discente contava com um total de 120 alunos/as, sendo 98% deles/as oriundos/as de pré-vestibulares comunitários, bolsistas de ação social. Seu corpo docente possuía um total de 16 professoras, sendo treze do quadro principal e três do quadro complementar.

A política que vem sendo desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social, desde 1995, revitalizou o curso de graduação, criou oportunidades educacionais e sociais para grupos oriundos de segmentos populares da sociedade e vem obtendo visibilidade dentro e fora da universidade.